

INFORMATIVO SEMANAL DA **CACB** SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, TRIBUTÁRIOS E POLÍTICOS DE INTERESSE DO SETOR PRIVADO BRASILEIRO E DE UTILIDADE GERENCIAL

DATA: 01/04/2005

ANO III - Nº. 093

## CARTÃO DE CRÉDITO (E DE DÉBITO)

Impressiona o crescimento do número de cartões de crédito e de operações com este instrumento. Em uma década e meia, o número de cartões de crédito saltou de 7,9 milhões para 52,5 milhões, posição ao final de 2004, segundo a ABECs – Associação Brasileira das Empresas Administradoras de Cartão de Crédito. No mesmo período, o número de operações saltou de 105 milhões em 1991 para 1,5 bilhão em 2004.

O volume das operações, em 2004, teria chegado a R\$ 103 bilhões, decorrente da confiança que o cartão de crédito conseguiu adquirir ao longo dos anos. Além do aquecimento da economia em 2005, o sucesso pode ser também creditado a outros fatores como prazo de pagamento, linhas de crédito e a crescente aceitação do cartão pelo comércio. Estima-se que 15% do consumo privado é pago com cartão.

A ABECs tem expectativa favorável também em relação ao crescimento do cartão de débito. Ela estima que em 2005 ele movimente R\$ 39 bilhões, com grande concentração em compras de pequeno valor, abaixo de R\$ 50,00.

As empresas administradoras de cartão de crédito têm no comércio seu esteio. A pergunta que se faz é se a relação comércio-empresas administradoras de cartão apresenta boa relação custo-benefício para ambos. Em alguns segmentos comerciais, sobretudo os de menor margem, há registros de reclamações em relação a prazo de pagamento e taxas cobradas. No comércio de revenda de combustíveis – Postos de Gasolina – o conceito é de que as empresas administradoras são como que “sócias” privilegiadas do negócio, pois só têm direitos. Comparativamente com terceiros países, esses comerciantes alegam que o custo do cartão no Brasil é alto e o prazo de pagamento, longo.

Com tanto poder de fogo, já não estaria na hora das empresas comerciais, por meio das entidades representativas, aprofundar a análise de custo-benefício e propor futuras alterações? Registre-se que a atividade de “cartões de crédito” não é reconhecida como financeira, não estando, portanto, sujeita à fiscalização do Banco Central. Mas uma lei geral sobre cartões de crédito seria bem-vinda. Ou não?

## O PRESTÍGIO DAS MICRO EMPRESAS

Quarta-feira, 30 de março, 15 horas, sala 12, Anexo II da Câmara dos Deputados. Sessão de instalação da Comissão Especial destinada a examinar o Projeto de Lei Complementar 210, de 2004, que “institui regime tributário, previdenciário e trabalhista especial à microempresa com receita bruta anual de até R\$ 36.000,00”.

A Comissão Especial é integrada pelos deputados membros das seguintes Comissões: Trabalho, Seguridade Social, Desenvolvimento Econômico, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça, ou seja, cinco comissões que reúnem em torno de uma centena de deputados titulares e outra de suplentes.

Presentes ao local onde a Comissão Especial se instalaria encontram-se apenas quatro ilustres deputados: Francisco Dornelles, Eduardo Paes, Carlos Melles e Carlos Eduardo Cadoca. Sem quorum, o Deputado Francisco Dornelles abre e fecha a sessão em menos de 20 segundos, recorde absoluto.

A nota é para homenagear os quatro mosqueteiros e dar uma idéia, uma vaga idéia de como opera o parlamento brasileiro. Um exemplo simplório mas que ilustra uma realidade. O acontecimento não é exceção, é regra. As Comissões Técnicas costumam reunir-se com menos de 10 parlamentares, o risco é grande, pois elas têm a prerrogativa de aprovar um projeto de lei sem a necessidade dele ser debatido e votado em Plenário. Mas o discurso em defesa da micro e pequena empresa está na boca de todo deputado.

## **MP 232 ESSE CADÁVER INSEPULTO**

A MP 232 morreu de morte matada. Não foi uma morte lenta nem serena. Enquanto pode ela esperneou. Durante três meses ela foi perseguida pela sociedade empresarial. No meio do caminho, um novo presidente da Câmara dos Deputados se juntou aos protestos. Enquanto o cortejo encurralava a MP, o Governo negociava uma reforma ministerial que – apesar do Presidente da Câmara e dos clamor empresarial – mudaria o rumo da sua história. Com retoques, a MP 232 seria aprovada. O acordo estava pronto até que o Presidente da Câmara fez o célebre discurso no Paraná pró nomeação de Ciro Nogueira. Se Lula cede e nomeia Ciro e os ministros do PMDB a MP seria aprovada, mas o governo estaria desmoralizado. Entre um e outro, Lula optou por manter a autoridade do cargo. Fez bem, mas perdeu mais uma na Câmara. É uma derrota emblemática, pois além de despertar a sociedade para a questão tributária, deu um recado para a tecnocracia da Receita Federal. No governo FHC a carga tributária subiu 10% pontos percentuais do PIB (25% para 35%) mas agora já não se admite aumento nem de 0,1 do PIB. Como disse Chico, em imaginário recado à Receita Federal: “E qualquer desatenção, faça não, pode ser a gota d’água”.

A morte da MP 232 se deu com a edição da MP 243, de 31 de março de 2005, publicada no DOU de 1º de abril, datas carregadas de simbolismos. A MP 243 mantém a correção na tabela do IR desde 1º de janeiro, abre prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recursos ao Conselho de Contribuintes para aqueles que não o fizeram em função do art. 10º da MP 232 e revoga os demais artigos.

No lugar dos artigos revogados, o governo deverá enviar um projeto de lei cuja redação é a mesma acordada com o relator da MP 232 quando ainda havia alguma possibilidade política de aprovação.

## **A CÂMARA EMENDA A GRAMÁTICA QUEM SÃO SEVERINO?**

Corporativista, nepotista, homofóbico, líder da vanguarda do atraso, inimigo do avanço científico, democrata, autoritário, folclórico... de tudo Severino já foi chamado. Depois do discurso do Paraná – que resultou no aborto da nomeação de seu indicado para o Ministério – Severino reagiu indignado à jornalista que perguntou se ele seria oposição; “Que nada, eu não sou doido, eu não sei viver sem governo”. Apesar da retórica, Severino não cedeu ao governo e pôs a MP 232 em votação, episódio que levou o governo a revogá-la quase na totalidade. Manifestamente contrário aos homossexuais, recebeu um grupo de representantes do movimento gay e prometeu pôr o projeto de união civil entre pessoas do mesmo sexo em votação, mas avisou: “Voto contra”. Mesmo sendo contra colocou em votação a Lei de Biossegurança, que trata dentre outras coisas das pesquisas com célula tronco. Ante a insinuação do deputado Alberto Goldman, de que atrasava o exame do pedido de abertura de processo contra Lula, interposto pelo PSDB, para obter benefícios, Severino deu o troco em plenário e, com recortes de jornal à mão, sugeriu que Goldman se preocupasse com o seu passado. Quinze dias depois, o deputado Goldman o saúda pelo exercício democrático e independência da Câmara em relação ao governo. Há um extraordinário preconceito contra Severino, como há também em relação a Lula, mas não se pode desconhecer que – independentemente das razões – a eleição de Severino traz um novo elemento à cena política brasileiro. Depois de 41 anos de alinhamento automático ao Executivo – 21 anos de ditadura e 20 de presidências que eram extensões do gabinete do Presidente da República – a sociedade assiste a presidência da Câmara agir como sua representante e não apenas do Executivo. Nesse sentido, é um avanço.

Quando Cacilda Becker morreu, o poeta Carlos Drummond de Andrade assim escreveu: “A vida emenda a gramática, morreram Cacilda Becker”, em homenagem às suas múltiplas e infinitas qualidades.

Ninguém pode antecipar até quando vai durar a independência da Câmara em relação ao Executivo, Afinal, Severino são vários.

---

### **Responsabilidade Técnica:**

RN & MARINI Editora e Comunicação

SCN Qd. 02, Ed. Centro Empresarial Liberty Mall, Torre B, Sala 431 CEP:70712-903

Fone: (61) 327-8690/328.8053 – Fax: (61) 326-4138

E-mail: [m.marini@terra.com.br](mailto:m.marini@terra.com.br) / [rn@brturbo.com](mailto:rn@brturbo.com) / [carlntda@terra.com.br](mailto:carlntda@terra.com.br)